

Um político do Império que lia escritos *whigs*: Nabuco de Araújo e as obras oitocentistas de Thomas Macaulay

BEATRIZ PIVA MOMESSO*

Resumo: As obras do historiador, orador, ensaísta e político whig inglês Thomas Babington Macaulay (1800-1859) ocupavam um importante espaço na biblioteca do político do Império Brasileiro Thomás Nabuco de Araújo (1813-1878). Ambos denominavam-se liberais: Macaulay desde sempre e Nabuco assim se definia a partir de 1860. Tanto Macaulay como Nabuco tiveram que se posicionar sobre a questão da escravidão, sobre os direitos dos trabalhadores e defenderam as reformas políticas e sociais sem a revolução. Sobretudo, através da comparação entre traços gerais do conteúdo e da forma na escrita de ambos, este breve artigo pretende analisar em que medida o estilo e os conceitos de Macaulay foram úteis para a reflexão e atuação política de Nabuco de Araújo. A partir de uma tentativa de fazer a história intelectual do Império, pretende-se discutir a dinâmica das ideias políticas, que podem ser transformadas e apropriadas em outros tempos e lugares inspirando, assim, novas culturas políticas.

Palavras-Chave: Império-escrita-culturas-políticas

Abstract: The works of the historian, speaker, essayist and English whig politician Thomas Babington Macaulay (1800-1859) occupied an important place in the library of the Brazilian Empire politician Thomás Nabuco de Araújo (1813-1878). Both called themselves liberals: Macaulay has always defined himself like that, and Nabuco since 1860. Both Macaulay and Nabuco had to stand on the issue of slavery and workers rights and defended the political and social reforms without revolution. Above all, by comparing the general characteristics of form and content of both writings, this brief article aims to analyze to what extent the style and concepts of Macaulay were useful for reflection and political action of Nabuco de Araújo. From an attempt to make the Empire intellectual history, we intend to discuss the political ideas dynamics, which can be transformed and appropriated in other times and places, inspiring so, new political cultures.

Keywords: Empire - writing - political cultures.

* Doutoranda UERJ. Agência Financiadora: Faperj.

As leituras de Nabuco de Araújo e o historiador inglês Thomas B. Macaulay.

Nabuco de Araújo (1813-1878) jurista, ministro da justiça e membro do II Conselho de Estado mantinha uma biblioteca privada e dela fazia uso para formular seus discursos e refletir acerca de suas resoluções e práticas políticas. Provavelmente, alguns dos livros da coleção particular conhecida pelo inventário da década de 1860 foram presentes recebidos pelo político. Contudo, a maioria das obras foi adquirida mediante encomenda à *Garnier* e também a *Pinto & Waldemar: Livraria e Gabinete de Leitura*.

A leitura atenta dessa documentação, guardada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do Rio de Janeiro, constata o apreço de Nabuco pelos antigos, pelos utilitaristas e, sobretudo, pelos escritores liberais. Especialmente muitos dos indivíduos do último grupo atuavam como historiadores a serviço de seus Estados Nacionais no séc. XIX¹.

Dos autores por ele citados em seus discursos entre os anos de 1850 e 1876 e presentes no inventário de sua biblioteca e nas listas de compras de livros encontram-se Guizot, Dalloz, Thiers, e Thomas B. Macaulay. Em comum todos apresentam o pertencimento ao século XIX, a formação jurídica, o exercício de cargos no governo e a confecção de célebres discursos que legitimaram seus respectivos Estados. Aliás, Thiers, o liberal autor da máxima ‘o rei reina, mas não governa’ teve sua frase de efeito adaptada, no Brasil, por muitos outros políticos do Segundo Reinado que acabaram por transformar seu sentido, especialmente na crise de 1868, quando o Visconde de Itaboraí afirmou: que aqui “o Imperador reina, governa e administra”. (MATTOS, 1987:195). Nota-se, deste modo, que o próprio conceito liberal usado para enquadrar os autores como Thiers é polêmico. Alguns historiadores e cientistas sociais prefeririam enquadrá-lo no conceito conservador.

Mas Nabuco lia muito Macaulay traduzido, já na sua mocidade de estudante até os últimos anos de sua vida (NABUCO, 1949: 149 e INVENTÁRIO de livros, jornais e mobílias existentes no escritório do cons. Nabuco de Araújo anos de 1862-66). Provavelmente, não seria difícil ter acesso a este autor, uma vez que o primeiro lugar na de produção editorial e também distribuição de impressos, no século XIX, pertencia aos ingleses (ABREU, 2011).

¹ Em outra ocasião tratei das influências das ideias de Cícero e Bentham nos escritos de Nabuco, principalmente no que diz respeito à ideia de moralidade, bom governante e ao uso de frases retóricas.

A intenção desse artigo ao comparar o conteúdo e o estilo da escrita de Nabuco com a de Macaulay é demonstrar que ideias políticas alimentam culturas políticas próprias. Seguindo a linha de raciocínio dos historiadores de Cambridge como Tuck e Skinner, as ideias não são perenes, circulam e podem ser apropriadas segundo o contexto de cada autor. (TUCK, 1992: 275).

Na prática isso significa a inexistência de conceitos como “falso liberalismo”. O liberalismo não é estático e pode ser útil para um escritor de discurso ou um político que procura argumentos para defender determinado projeto. Conforme já afirmou Skinner (1999) em sua obra *Liberdade antes do Liberalismo*, as ideias políticas podem ser adaptadas a uma época, lugar e, para que essa operação se efetue, entra em jogo a intencionalidade de cada autor.

A devida atenção aos fenômenos de circulação e recepção das ideias parece fundamental para o entendimento de culturas políticas entendidas como o “patrimônio composto por vocabulários, símbolos, gestos, por todo o arsenal de ferramentas que possam exprimir valores e desejos políticos de certo grupo social.” (GOMES, 2008:13)

Por que, então, Nabuco leu Macaulay? Ele poderia ter importado Rousseau, já que a partir de 1821 não existia censura eclesiástica ou civil dos livros. Ademais, a biblioteca da Faculdade de Recife, que ele conheceu em sua vida estudantil, dispunha das obras jacobinas em seu acervo (BEVILACUA, 1977: 304). A resposta, contudo, não é complicada: talvez livros de autores liberais–radicais não lhe fossem muito úteis em seus projetos futuros para o império. Já Macaulay era oficialmente cristão, como Nabuco de Araújo atuou no parlamento, envolveu-se em questões sobre a escravidão africana, defendeu as reformas sem radicalização, o governo monárquico vigente e a ordem. Acima de tudo ambos acreditavam no parlamento como via de acesso às moderadas transformações.

A identificação com certos traços biográficos e com circunstâncias de Macaulay, provavelmente, favoreceram a simpatia de Nabuco pelo ensaísta e historiador, e, sobretudo, geraram um interesse por suas obras. O certo é que os escritos do intelectual inglês tornaram-se úteis para sua formulação de discursos e ações do homem do império brasileiro. O entendimento do processo de apropriação e do conteúdo das idéias do historiador e ensaísta por Nabuco de Araújo torna-se possível através da comparação entre temas e formas contidos nos escritos de ambos os personagens.

A comparação, nesse sentido, será analógica, isto é, consiste em destacar, não só o que em parte é igual, mas também em evidenciar as diferenças no estilo e conteúdo. Esse procedimento, ao mesmo tempo em que permite a identificação de pontos de contacto entre os objetos evita anacronismos. Nesse sentido, a analogia no estudo de sociedades obedece às formas de comportamento dentro de seus próprios quadros mentais e às formas de sensibilidade que lhes foram peculiares. À analogia, o historiador Jean- Pierre-Vernant também chamou de **psicologia histórica**, porque enfatiza que a forma de pensar dos antigos é diferente dos modernos. (JULIEN, 2011)

Ademais o breve procedimento comparativo a seguir será desenvolvido a partir do uso de fontes históricas, muitas delas primárias e empíricas. Deste modo, torna-se viável tratar de fenômenos de circulação e recepção de ideias através de uma “aliança entre a História Política e a História Cultural”, segundo a mesma expressão usada por Sirinelli. (1995:397).

Primeiro Ato: Thomas Babington Macaulay na Inglaterra vitoriana ou whigista?

Thomas Babington Macaulay (1800-1859) sempre foi um *whig*. Membro do Partido Liberal da Inglaterra opôs-se aos conservadores – *tories* – desde seu ingresso na Câmara dos Comuns, em 1830. Defendeu de forma muito idealista a Lei da Reforma, projeto liberal apresentado no Parlamento em 1832, no qual Macaulay contribuiu na formulação com sua mente jurídica.

A Lei da Reforma de 1832, entre outras coisas, propunha mudanças eleitorais a fim de combater e punir a corrupção existente na escolha dos membros da Câmara dos Comuns. Ela passou apertado: por apenas um voto. Macaulay foi um dos que defendeu a expansão da representatividade das cidades industrializadas da Inglaterra, através da redução de critérios censitários. Esta seria uma iniciativa dos *whigs*, obviamente com segundas intenções não tão claras. Com a aprovação da lei, os liberais planejam expandir o número de eleitores possuidores de menos bens patrimoniais e, sobretudo, de apaziguar os trabalhadores e minar as influências do movimento cartista incipiente.

A obra de Peter Gay (1990) ao tratar do lado liberal de Macaulay ressalta o interesse do então político, de acordo com a plataforma *whig*, em promover leis humanitárias, destacando-se a ampliação do ensino popular, o abrandamento do rigor penal e a abolição do tráfico. Macaulay

coroou a plataforma *whig* ao propor, durante sua gestão na Câmara dos Comuns, o fim das incapacidades jurídicas dos judeus, a reforma de ensino. Embora, alguns *whigs* tenham expressado desagrado a tal proposta de intervenção do Estado para limitar a jornada de trabalho – afinal essa não seria uma plataforma genuinamente liberal – o fato foi que essa posição política contribuiu para a difusão da sua fama de humanista e bom cristão.

Sobre a questão da sua postura política perante a questão da escravidão, alguns manuais escolares e enciclopédias inglesas exaltam sua notável, e até heróica, atuação parlamentar, em 1832. Afirmam, por exemplo, que Macaulay logo enfrentou um problema de consciência quando a questão da escravidão foi debatida. Como titular do escritório do governo, ele era esperado para votar uma emenda proposta pelo ministério, mas reprovada pelos abolicionistas. Ele, então, ofereceu sua renúncia e falou contra o governo: “He placed his resignation in Lord Althorp’s hands, and spoke against the ministerial proposal.”² (ENCYCLPÉDIA BRITANNICA. *Thomas Babington Macaulay*). Contudo, os dirigentes políticos cederam, abrandaram a emenda e conservou no cargo.

Até aqui encontramos nas enciclopédias e manuais um Macaulay, por que não, com resquícios de humanismo cívico, protetor dos direitos humanos, a favor da promoção da virtude. Antes de debater essa possibilidade, vale a pena lembrar a vida familiar de Macaulay. Seu pai, Zachary Macaulay, foi governador de Serra Leoa e tornou-se um ardente filantropo, editor do órgão abolicionista *Christian Observer*. Segundo Peter Gay, Zachary era adepto da seita evangélica dos Claphamistas, da qual o agitador evangélico e parlamentar William Wilberforce era seu membro mais famoso. Os membros da sociedade evangélica ocupavam postos importantes na sociedade inglesa: alguns eram membros do Parlamento, outros funcionários públicos, e, outros ainda, prósperos negociantes. Estrategicamente, organizavam a oratória a partir de argumentos simples, onde qualquer refinamento teológico estava ausente, o que resultava numa razoável inteligibilidade discursiva e numa enorme influência social.

Essa vivência familiar teria marcado a reflexão e a estruturação do discurso de Macaulay, uma vez que: “cresceu no ambiente da seita, desde cedo se familiarizando com o discurso virtuoso e circunspecto de homens de negócios e desde cedo, imbuídos dos onerosos deveres de

² “Ele colocou –se nas mãos de Lord Althorp, e falou contra a proposta ministerial.”

santidade” (GAY, 1990: 116). Em 1824, ainda muito jovem, proferiu um discurso vigoroso contra o tráfico negreiro para a *Associação para o Abrandamento e Abolição da Escravidão*.

Faz-se necessário notar que nesse ambiente circularam ideias suficientemente reformistas, mas não necessariamente revolucionárias. Não só os claphamistas como também Macaulay apoiaram a monarquia como forma de governo perfeito³. Embora defendessem a representatividade mais alargada, a legitimidade do rei nunca esteve em pauta! Os princípios, de certa forma religiosos, de obediência e respeito não permitiam este passo. Como bom liberal cabia à iniciativa individual através da política ou do comércio mudar o país. A política era uma via indispensável para lograr a transformação, mas o rei deveria permanecer no seu lugar como sempre esteve.

Contudo, a defesa da abolição e mesmo das reformas sociais por Macaulay parece não estar ligada apenas aos puros ideais cristãos. Como bom leitor de Bacon, conforme atestam todas as suas biografias, ele admirava principalmente a ideia do racionalismo que leva ao progresso. Tanto que em sua obra histórica sobre a Inglaterra escreveu: “é melhor ser cultivado que ser bárbaro, melhor morar na cidade que em choupanas, melhor ter as verdades da ciência, que as fantasias da religião” (GAY, 1990:123). A Filosofia Racionalista, segundo o próprio Macaulay, traria uma vida mais longa, uma saúde melhor, comunicações mais rápidas e maior poder sobre a natureza (IDEM: 125).

Alguns projetos educacionais de Macaulay comprovam a conexão entre seus ideais humanitários e a crença no progresso pela política. A fim de obter alguns rendimentos para ajudar o pai que estava falido entre 1834 e 1838, aceitou o cargo de Conselheiro Supremo para a Índia. Por essa ocasião propôs o inglês como língua oficial nas instituições indianas subvencionadas pela Cia. das Índias Orientais, pois, segundo seu ponto de vista, seria uma maneira de “enriquecer a língua indígena” (ENCYCLOPÉDIA BRITANNICA. *Thomas Babington Macaulay, Baron Macaulay*).

Em 1837 criou um novo projeto de Código Penal para Índia onde propunha a sansão de atos imorais pelo Estado. Nesse sentido todos os crimes contra a ordem, moralidade e tranquilidade pública seriam punidos, destacando-se o adultério e a sodomia, antes ações sem

³ O desconhecido, mas não menos interessante longa- metragem de 2006 *Amazing Grace*, traduzido no Brasil com o título *Jornadas pela Liberdade* ao tratar do movimento abolicionista inglês explicita como o parlamentar Wilberforce, integrante do claphamismo, defendia uma plataforma reformista. Em determinado momento quando abordado por um colega de tendências jacobinas é enfático ao afirmar sua defesa à monarquia, apesar dos pesares.

nenhuma conotação pública positivada. Ademais, combateu veementemente a corrupção do funcionalismo.

Macaulay já se tornara famoso por seus discursos e ensaios, até que em 1839 começou a escrever sua obra famosa histórica: *The History of England*. O último volume de cinco foi finalizado em 1848. Em 25 anos o livro vendeu 140 mil exemplares. No prefácio da obra sublinha sua admiração pelos grandes historiadores, seu interesse pelos grandes temas e seu desejo de ser lembrado como um Tucídes. Gertrud Himmelfarb (1995:145) ao analisar a repercussão da obra histórica, enfatizou que a ideia que norteava Macaulay era a de que a sociedade se revela através dos usos de seu passado. Macaulay concebia a História como mestra da vida e laboratório de experiências.

Embora no prefácio de *History of England*, Macaulay tenha ressaltado seu ideal de compor um livro para ser lido pelos menos favorecidos de modo a proporcionar-lhes cultura, ele parece não ter conseguido fugir da História Total e da escrita cujo pano de fundo era a história política dos grandes. O seu método historiográfico guiado pelo desejo de ressaltar grandes feitos e personalidades tornou-o mais um historiador da Era Vitoriana, a serviço da rainha, que um historiador *whig* da Revolução Gloriosa.

Segundo Ato: Nabuco de Araújo no Brasil do II Reinado: conservador ou liberal?

José Thomás Nabuco de Araújo (1813-1876) não escreveu uma obra histórica, apesar de admirar Macaulay, ler romances históricos e também conceber a História como mestra da vida. As experiências do passado parecem ter sido muito úteis para guiá-lo em sua longa carreira política no Segundo Reinado. Estudou Direito no incipiente curso de Recife (1831-1835) e lá, como Macaulay, teve oportunidade de ler os utilitaristas em voga àquela altura: Bentham e Stuart Mill, autores obrigatórios na grade curricular (BEVILACQUA, 1977: 304).

O Utilitarismo de Nabuco aparece em várias ocasiões em seus discursos parlamentares, debates públicos ou em notas pessoais. O político cita Bentham, chama-o “amado mestre” e comenta as propostas utilitaristas no que diz respeito ao sistema penal e sua aplicabilidade no Brasil:

Está provado, por estatísticas da França que onde as rodas foram abolidas, os infanticídios eram em menor número do que nos lugares onde havia rodas. Na França, na Itália, na Bélgica as rodas são vigiadas; na Inglaterra as exposições são patentes. Bastaria seguir o exemplo desses países (ELEMENTO servil – Projeto Elaborado pela Sociedade Democrática Constitucional Limeirense, 1869: 7).

O abrandamento de penas e castigos faz parte do corpo da teoria utilitarista. Tal procedimento seria mais eficiente para reduzir a criminalidade e no caso do Brasil, as rebeliões escravas. O excesso de castigos corporais, por sua vez, aumentaria a incidência do delito.

Pelo menos três biografias de Macaulay (ENCYCLPÉDIA BRITANNICA) consultadas afirmam o interesse do político e historiador inglês pelo Utilitarismo. Contudo, elas fornecem poucos detalhes de como essa filosofia lhe foi útil para sua reflexão e práxis de político e historiador. Apenas citam que Macaulay guiava-se pela convicção de que a redução das penas poderia ser mais útil para o bom efeito prático das leis.

As ideias utilitaristas aplicadas em países europeus eram usadas por Nabuco de Araújo para pensar a própria História do Brasil. Em outros manuscritos do político é recorrente a defesa de uma estratégia política pautando-se por exemplos já vividos em outros países. Num debate transcrito por um jornal brasileiro da época usou o exemplo da França e da Áustria para defender que a soberania de um país não deve estar subordinada ao poder do Papa (QUESTÃO religiosa, 1873).

Como ministro da justiça, Nabuco de Araújo preocupou-se com os direitos dos estrangeiros e formulou o *Projeto de leis sobre os filhos de pais estrangeiros nascidos no Brasil e filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro*. Nota-se que a questão dos direitos civis neste caso está diretamente relacionada ao futuro do mundo do trabalho no Brasil. A aquisição de parte da cidadania seria condição *sine qua non* para a permanência de imigrantes no Brasil e sua substituição da mão de obra escrava. Foi nesse sentido que Nabuco defendeu o casamento civil em detrimento do religioso, embora não o manifestasse abertamente.

Enfrentando a ira de vários católicos declarados ultramontanos, Nabuco, que sempre se declarou um Estadista católico, considerava o matrimônio, antes de tudo, um direito civil. Negá-lo significaria mais uma vez colocar em perigo a permanência da mão de obra que iria substituir os escravos africanos. Por isso, usava em seu discurso palavras e frases oriundas do arsenal de um humanista cívico reformador: “é preciso estabelecer a tolerância civil permitindo a ascensão a

todas as posições aos homens de mais merecimento qualquer que seja sua crença religiosa”⁴ (QUESTÃO religiosa, 1873).

Ao que tudo indica, tratava-se mais de um recurso de retórica de muito efeito usado pelo ministro da justiça, que era de uma convicção na ascensão social a partir da virtude e do talento. Esta afirmação pode ser sustentada por duas fontes. A primeira é o *Suplemento às Opiniões do Conselheiro Thomas Nabuco de Araújo*. São notas, a maioria em formas de máximas e silogismos contidas em um caderno pessoal do político. No item **Nacionalidade** Nabuco anotou: “Determina os direitos políticos, mas não os civis” (SUPLEMENTO às Opiniões do Conselheiro Thomas Nabuco de Araújo, 1843-1862, p.27a). Já no *Rascunho do Projeto do Código Civil*, iniciado pelo político e entregue pela família deste a D. Pedro II depois da sua morte, lê-se na Seção 3, artigo 34: “Não há distinção entre nacionais e estrangeiros para a aquisição de direitos civis”. Contudo, na seção II ao determinar os direitos políticos, o documento é explícito: “Competem exclusivamente aos nacionaes na razão da capacidade determinada pela Constituição e Lei orgânica. Delles não gozão: 1º os estrangeiros, 2º as mulheres, 3º os menores, 4º os interdictos” (PROJECTO do Código Civil, 1881).

Após a morte de Nabuco de Araújo, o Código Civil foi concluído por Teixeira de Freitas. No entanto, este documento que consiste no estudo pessoal de Nabuco, um esboço anterior ao oficial, revela sua posição restritiva quanto à aquisição dos direitos políticos pelos estrangeiros. A Nabuco interessava-lhe conceder direitos civis na medida em que garantissem uma mínima permanência dos estrangeiros no mercado. Os direitos políticos não eram prioridade. Se Nabuco realmente fosse um adepto do humanismo cívico, ele não hesitaria em propor no Código Civil uma maior participação política aos estrangeiros talentosos, que assim o merecessem, e isto ele não o fez, deteve-se apenas nos direitos civis.

Joaquim Nabuco (1949) ressaltou, ao escrever as memórias de Nabuco de Araújo, a atuação do pai como Conselheiro de Estado e presidente da Comissão do Conselho de Estado encarregada de formular a Lei da Emancipação Gradativa efetivada em 1871. Esse fato foi motivo para Joaquim Nabuco apresentar ao público um político do Império precursor do

⁴ As citações com ortografia oitocentista não serão atualizadas, tendo em vista que são perfeitamente inteligíveis na grafia original.

aboliconismo. Em *Um Estadista do Império* os leitores entendem que Nabuco de Araújo defendeu a emancipação norteado por convicções pessoais e sentido humanitário e cristão.

Contudo, abrandar escravidão parece não ter sido a preocupação prática na ordem do dia para Nabuco até 1862. Em seu caderno de notas pessoais, onde anotava ideias e planos políticos para o futuro em formato de verbetes, o item escravidão está ausente. Quando escreve sobre tráfico no mesmo caderno, trata do assunto em termos burocráticos, pautado pela ideia de civilização e progresso nacional. Lê-se, por exemplo: “A causa do tráfico é antiphática ao mundo civilizado”, ou ainda “Tráfico. Compromettia o nosso futuro tornando impossível a colonisação” (SUPLEMENTO às Opiniões do Conselheiro Thomas Nabuco de Araújo, 1843-1862, 36 a). O trecho a seguir está contido na resposta de Nabuco de Araújo aos fazendeiros de Limeira: “Se a caridade detesta a escravidão porque opprime a raça inferior, a política detesta a escravidão porque corrompe a raça superior” (ELEMENTO Servil, 1869).

A frase de efeito incisiva e rimada compondo um estilo de escrita faz um contrapondo entre a caridade e a política. Sobretudo, sublinha os conceitos de raça inferior e superior, que pelo visto faziam parte do arcabouço intelectual de Nabuco de Araújo. Aqui, fica claro que ao escrever sobre o assunto em seus discursos, fazia-o através de um viés político, tendo como referencial a elite do Império. Joaquim Nabuco até tentou em *Um Estadista do Império*, mas as ideias de seu pai não eram as suas e, ideologicamente, os dois não convergiam. O contraponto é explícito nessa passagem da obra o *Aboliconismo* escrita por Joaquim Nabuco em Londres, no ano de 1863:

A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão, ou isolada desta, e cujo bem estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro (O ABOLICONISMO, 2000:9).

Havia ainda outro argumento discursivo usado por Nabuco de Araújo e plasmado em seus escritos para lograr a tarefa encomendada pelo Imperador. Era um argumento escolástico, inspirado num matriz jusnaturalista e na retórica ciceroniana. Nesse sentido, o escravo por ser pessoa e possuidor de inteligência e vontade não era um propriedade natural, mas uma propriedade constituída como tal, e portanto, artificial. Nabuco usou esse argumento para publicar um artigo no jornal aboliconista britânico e em outra ocasião e para defender a proposta do governo de não indenizar os proprietários após 1871, proposta, aliás, fracassada.

Nos anos de 1860 era difícil enquadrar Nabuco ideologicamente. Ele saiu do Partido Conservador e ingressou no Liberal e formou a Liga Progressista (1862-1868), uma tentativa de Conciliação. Ele se dizia liberal, mas não convencia os conservadores e nem os próprios liberais. Os absolutistas se perguntavam como deveriam definir Nabuco: “Mais outra pergunta. O que é o Senhor Nabuco? É progressista ou Liberal? Ou está ainda atarantado com a horrenda catadura do absolutismo da coroa?” (O CONSTITUCIONAL, 14.6.1864). O certo é que ele defendeu o alargamento da representatividade no Parlamento, combateu a corrupção do júri local, sem jamais contestar a autoridade monárquica ou insinuar a república. Como Macaulay, seu lado liberal acreditava que era a partir das iniciativas individuais que se fazia um país. A coroa, sem dúvida deveria ser respeitada para preservar a ordem, a tradição e o bom funcionamento das coisas. Ademais, conservar a monarquia para Nabuco era sinal de estabilidade política, algo muito grato para sua geração de funcionários públicos com poucas alternativas de outros empregos. Por fim, a aristocracia de funcionários do governo era quem deveria trabalhar para o progresso do novo país. O sistema em si (república ou a monarquia) não teria valor sem o trabalho dos aristocratas: “Vou fazer o meu protesto da minha adesão a monarquia, porque meu pensamento é que uma república ou uma monarquia podem realizar a liberdade que o país reclama!” (RECORTES de jornais A República e Diário da Bahia, 1871).

Terceiro ato: muda o lugar, mas os estilos se cruzam.

Pela observação da atuação de Macaulay e Nabuco de Araújo, até agora, em termos de conteúdo, aparecem pontos convergentes em seus posicionamentos. Ambos pautavam-se pelo ideal de progresso e reformas conduzidas pela elite política e nas respectivas concepções de História.

Em termos de estilo na escrita da História, é possível enumerar características gerais. Em primeiro lugar, ambos desenvolvem paralelos históricos para explicar o presente: Macaulay evoca César, Roma e Tucídides; enquanto Nabuco de Araújo, em suas notas, relembra Homero.

Os dois apreciavam a antítese equilibrada, herdada dos antigos da época de Cícero. Macaulay diz: “A Liberdade da nação se torna estéril pelos vícios do povo”. (GAY, 1990:106). Nabuco vaticina: “Se a caridade detesta a escravidão porque opprime a raça inferior, a política detesta a escravidão porque corrompe a raça superior.” (ELEMENTO Servil, 1869); ou ainda no

verbete *interesses*: “O predomínio dos interesses individuais sobre os coletivos é a principal causa de impunidade” (SUPLEMENTO às Opiniões, 1843-1864:14 a).

Coincidentemente, ambos emitem juízos morais em seus escritos. Peter Gay (1990: 120) designou essa operação de biblicismos de Macaulay, pois ele sempre julga, absolve ou condena quanto escreve sobre algo e, sobretudo, “expressa seu ódio ao mau”. Este seria um resquício da sua formação evangélica:

Salvem a propriedade dividida contra si mesma. Salvem a multidão ameaçada pelas suas próprias paixões ingovernáveis. Salvem a aristocracia ameaçada pelo seu próprio poder impopular. Salvem, a maior, a mais justa e mais civilizada comunidade que jamais existiu das calamidades que podem em poucos dias destruir toda a rica herança de tantas épocas de sabedoria e glória (GAY, 1990:100).

Nabuco, embora menos bíblico que Macaulay, não dá oportunidade para o debate, os juízos morais de seu discurso são certos e esgotam o tema: “Magistratura. Envolvida nas lutas políticas perde a força moral.” (SUPLEMENTO às Opiniões, 1843-1862: 25 a); “Aquele ministro que declara no parlamento que há magistrados corrompidos, compromete-se a eliminá-los!” (IDEM: 26 a).

Por fim, ambos usam frases curtas e insistentes, que funcionam como máximas. Em muitos casos, como disse Peter Gay, usam “frases de abertura excogitadas com elegância que apontam a frente como setas” (1990:107). No Capítulo 9 de *History of England*, Macaulay anuncia: “A absolvição dos bispos. Não foi o único acontecimento que faz do dia 30 de junho de 1688 uma grande época na História” (IBIDEM). E Nabuco em suas próprias máximas certas e bem definidas também introduz para anunciar o que vem a seguir: Ministério. Deve ser apoiado e não dirigido pela maioria. (SUPLEMENTO às Opiniões, 1843-1862: 26 a). Quando escreve sobre a reforma o mesmo procedimento estilístico se repete: “Reforma Não basta fazê-la, é preciso executá-la incessantemente” (NOTAS, Pensamentos e Máximas, s.n.t).

No caso de Nabuco de Araújo, seu “método de preparo da escrita” explica o seu próprio estilo. O político mantinha um caderno que funcionava como depósitos de sentenças, que mais tarde apareceriam em documentos oficiais ou em discursos. Tratava-se de um procedimento usado por escritores e personalidades da época do renascimento para alavancar a própria memória, uma espécie de *aide-mémoire*. As máximas apareciam glosadas, foi o que ocorreu com

a sentença que versava sobre nacionalidade que logo mais apareceu no incompleto Código de Direito Civil iniciado por Nabuco e já comentado anteriormente no artigo.

As máximas, por vezes, transformaram-se em polissilogismos, recursos poderosos da retórica, como o aquele *sorites* famosíssimo empregado por Nabuco em 1868: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país” (CARVALHO, 200:128).

No caso de Macaulay não há notícias sobre o uso desse tipo de cadernos, ainda que ele se expressasse usando sentenças certas, curtas e incisivas. Mas, é possível que tanto ele como Nabuco tenham compartilhado uma educação com características escolásticas, baseada na memorização e no apontamento de passagens de livros clássicos, que deveriam ser citados de forma breve no próprio texto ou discurso. As faculdades e colégios cristãos ainda no século XIX forneciam uma base intelectual apoiada nesse tipo de procedimento que remonta à metodologia medieval escolástica, mas muito usado durante o renascimento¹ e na modernidade, em ambientes com menor influência iluminista (SPENCE, 1986: 157). Vale lembrar que Nabuco estudou na Faculdade de Direito de Recife, levada por religiosos e com uma grade curricular de características antigas e escolásticas, enquanto Macaulay estudou no tradicional colégio cristão *Trinity College* da *University of Cambridge*.

O quadro abaixo contém uma comparação de fragmentos textuais de Nabuco de Araújo e de Macaulay organizado a partir do tema. Optou-se pela organização temática porque além de denotar semelhanças estilísticas, aponta também semelhanças quanto ao tratamento de quatro conceitos gerais importantes empregados pelos dois: a reforma, a história, a obediência à monarquia e o partido liberal. Trata-se de fazer a análise do discurso sem, contudo, desvinculá-la da pesquisa empírica, segundo procedimento defendido pela historiadora Lynn Hunt no prefácio da célebre obra *A Nova História Cultural* (1992:1-29).

⁵ O método escolástico sugeria a leitura e citação de autores clássicos da Antiguidade pagã e cristã. As passagens importantes eram armazenadas na mente dos estudantes como um “depósito de ideias”. O livro de Jonathan Spence citado na bibliografia explica como isso funcionou no renascimento em colégios levados pelos jesuítas, bem como a prática de memorizar passagens escritas.

RReforma	MACAULAY: “Viremo-nos para onde pudermos, dentro, em volta, a voz dos grandes acontecimentos, proclama a nós: Reforma . Que possam preservá-la” (GAY, 1990: 99).
	NABUCO: Reforma. “Não basta fazê-la, é preciso executá-la incessantemente” (NOTAS, Pensamentos e Máximas, s.n.t).
HHistória & Futuro	MACAULAY: “Se estivéssemos plenamente satisfeitos com o presente deixaríamos de excogitar, de trabalhar, de poupar com vistas ao futuro” (GAY, 1990:123). “Aconselhem-se não com o preconceito, não com o espírito partidário, não com o orgulho ignomioso de uma coerência fatal, mas com a história, com a razão, com às épocas que passaram, com os sinais destes tempos tremendamente pressagos” (GAY, 1990:100).
	NABUCO: “O governo não deve ser surpreendido pelos acontecimentos, mas dirigir-los” (SUPLEMENTO às Opiniões do Cons. Thomas Nabuco de Araújo).
PPartido Liberal	MACAULAY: “Ingressei na vida pública como whig e como whig estou decidido a permanecer” (GAY, 1990: 126).
	NABUCO: “Partido Liberal. Este partido se compõe de todos que prezam a liberdade verdadeira e real, sobretudo” (NOTAS, PENSAMENTOS E MÁXIMAS, s.n.t).
GGoverno	MACAULAY: Pode-se facilmente demonstrar que, em nossas próprias terras, a riqueza nacional pelo menos durante seis séculos, vem crescendo quase ininterruptamente; que foi maior sob os Tudor do que sob os Plantagenetas, que foi maior sob os Stuart do que sob os Tudor, a despeito das batalhas, cercos e confiscos foi maior na época da Restauração do que na época do Parlamento Longo (...). Esse progresso, tendo prosseguido por muitas eras, ao cabo tornou-se, pelos meados do séc. XVIII, portentosamente rápido e tem avançado com uma velocidade acelerada (GAY, 1990:102).

	<p>NABUCO: “Não se pode negar, a monarquia parece ter fundido uma das suas vantagens e estabilidades. E não só na França” (NOTAS, PENSAMENTOS E MÁXIMAS...).</p> <p>“Vou fazer o meu protesto da minha adesão a monarquia, porque meu pensamento é que uma república ou uma monarquia podem realizar a liberdade que o país reclama!” (DIÁRIO DA BAHIA, 1871).</p>
--	---

Quadro I: *Conceitos empregados por Macaulay e Nabuco de Araújo*

A Título de Conclusão

Os escritos de Nabuco e também os de Macaulay eram dotados de um sentido teleológico, já que os dois buscavam defender ou reafirmar posições ou tradições políticas. As influências escolásticas e humanísticas, bem como o contacto de ambos com setores cristãos parecem ter influenciado a forma do texto: contundente, certo e muitas vezes impregnado de ideias morais.

No caso de Nabuco, ele foi um leitor de Macaulay e sua concepção de História como *magistrae vitae* – fonte de lições para serem usadas no presente – deve-se, em alguma parcela, à leitura das obras do escritor inglês. Os exemplos grandiosos retirados de tempos clássicos que preenchem *The History of England* atraíram Nabuco de Araújo, que também se pautava no passado das nações grandiosas para pensar seu presente e preparar o futuro político do Brasil. O futuro era um assunto muito importante para os dois personagens.

Macaulay foi ensaísta, elaborador de discursos parlamentares e historiador, Nabuco não. Ele foi apenas leitor e escritor de discursos e de documentos oficiais. Contudo, ambos escreviam para a elite, apesar das tentativas de Macaulay de ser popular com seu livro sobre a história do seu país. O vocabulário da obra não era entendido pelos grupos menos letrados (GAY, 1990:114). Sua preocupação com o progresso e a inspiração filosófica em Bacon refletia o ponto de vista da elite. Seu lema era trabalhar pelas reformas que fariam desnecessárias a revolução (IDEM: 129). Macaulay jamais apoiaria revoluções. Nabuco muito menos. Nove anos após tornar-se liberal e criticar a débil representatividade das províncias no sistema monárquico constitucional, observava que preferia a reforma à revolução (MANIFESTO e Programa Centro Liberal, 1869).

À primeira vista, em suas respectivas atuações parlamentares seria possível pensar tratar-se de adeptos do humanismo cívico, defensores de todos os homens que possuem talento e virtude. Nabuco fez projetos beneficiando estrangeiros com direitos civis e pregava a emancipação gradativa, mas como já foi dito, por detrás de suas ações políticas, encontrava-se o desejo de cumprir deveres burocráticos designados pelo Império, e, sobretudo, a preocupação com o futuro da mão-de-obra empregada na economia brasileira. Era mais retórica e trabalho político, que convicção pessoal. A práxis de Macaulay parece mais de acordo com seus discursos, talvez porque o pai abolicionista deixou lá suas marcas profundas. No entanto, quando defendeu a diminuição dos critérios censitários, preocupava-lhe, principalmente, o movimento cartista e a organização política ameaçadora dos trabalhadores que poderia comprometer o progresso e a civilização em que ele tanto acreditava, nesse sentido as influências racionalistas de Bacon pesaram mais. E não se pode esquecer a sua tentativa de defesa do idioma inglês na Índia como forma de educar “bárbaros” para a civilização.

Quanto à monarquia constitucional, ambos estão plenamente de acordo. Este tipo de regime político pode ser fonte de progresso, desde que deixe atuar as grandes e médias elites através de iniciativas próprias. Macaulay era um *whig* que, segundo Himmelfarb (1995:145), escreveu mais sobre uma Inglaterra Vitoriana que sobre a Inglaterra da Revolução Gloriosa. Nabuco era um conservador que virou liberal, fiel ao Imperador e que atraía a desconfiança de uns e de outros. Sobretudo, o importante era o progresso e a civilização, que aos olhos de ambos eram perfeitamente compatíveis com a monarquia.

Escrevendo, lendo e discursando tanto Macaulay como Nabuco contribuíram, cada um ao seu modo, para a ordem e o governo vigente. As ditas ideias liberais de Macaulay inspiraram Nabuco desde sua biblioteca. Mas seria Macaulay um verdadeiro liberal e Nabuco um falso liberal? No campo da cultura política, a teoria e as linguagens devem ser usadas para a práxis, essa pergunta perde sua razão de ser, uma vez que o conceito liberal assumiu conotações polissêmicas.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

BIBLIOTETCA NACIONAL. **Elemento Servil-Projecto Elaborado pela Sociedade Democrática Constitucional Limeirense. Resposta do sr. Cons. Nabuco –outras peças sobre o assunto.** São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1869.

_____. **Manifesto e Programa Centro Liberal.** Rio de Janeiro, 4 mar.1869.

IHGB. **Artigos Sobre divergências.** O Constitucional, ano III, n. 67, 14.6.1864.

_____. **Questão Religiosa. Opiniões de Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano e Dias da Cruz (recortes de jornal) e notícias sobre a relação entre Igreja e Estado, s.n, 1873-1874**

_____. **Recortes de jornais A República e Diário da Bahia com artigos analisando o cenário político liberal, notadamente a atuação do Cons. Nabuco de Araújo e a Propaganda Republicana 1871.**

Fontes Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL. **Projecto do Código Civil. Trabalho não concluído apresentado pela família do falecido cons. Nabuco de Araújo, que se achava encarregado do mesmo, 1881.**

IHGB. **Agenda do Conselheiro Nabuco de Araújo (visitas, compromissos, compras, pequenas notas).** Rio de Janeiro, 1876.

_____. **Contas (recibos e notas fiscais) do cons. Nabuco de Araújo com diversas casas comerciais, teatros, clubes, livrarias etc.**

_____. **Inventários de livros, jornais e mobílias existentes no escritório do cons. Nabuco de Araújo anos de 1862-66.**

_____. **Notas, pensamentos e máximas de autores diversos sobre política, monarquia, absolutismo, parlamentarismo. Partido Liberal, etc(em francês e português compilados pelo cons. Tomás Nabuco de Araújo, s.d.**

_____. **Suplemento às Opiniões do Conselheiro Thomas Nabuco de Araújo.** Caderno de notas e extratos de discursos. Rio de Janeiro, 1843-1862.

6.3 Fontes Eletrônicas.

CARVALHO, José Murilo de. **História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura.**

In: *Topoi* (on line) Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 2006.

Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf> Acesso em 5 de agosto de 2011.

ENCYCLPÉDIA BRITANNICA. Thomas Babington Macaulay, Baron Macaulay.

Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/353722/Thomas-Babington-Macaulay-Baron-Macaulay/4390/Early-life-and-political-career>. Acesso em: 2 de agosto de 2011.

JULIEN, Alfred. A psicologia histórica de Jean Pierre Vernant. In: **Cad. UFS-Filosofia**, p.21
Disponível em:
http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/ARQ_cadernos_5/alfredo.pdf. Acesso em 02 de maio de 2011.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>
Acesso em: 04 de agosto de 2011.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcia. A circulação Transatlântica dos Impressos. In: **Livro-Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição**, São Paulo, p. 115-127, v1, .n.1, maio. 2011.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito de Recife**: INL, 1977.

GAY, Peter. Macaulay sibarita intelectual. In:_____. **O estilo na história**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 95-130.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SHOIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.) **Culturas Políticas: ensaios, história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Muad, 2008. p 21-44.

HIMMELFARB, Gertrude. Who now reads Macaulay? In:_____. **The New History and the Old**. 6 th printing. Cambridge, Massachussets/Lodon, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 1995. p.143-154.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes. 1992. p1-29.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. SP/Brasília, Hucitec/INL, 1987.

NABUCO, Joaquim . **Um Estadista do Império**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, v.1, 1949.

SIRINELLI, Jean-François. *De la demeure à l'agora*. Por uma história culturelle du politique. In: BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierrer (dir.). **Axés et méthodes de l'histoire politique**. Paris: PUF, 1998. p. 381-398.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. Trad. Raul Filker. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

SPENCE, Jonathan D. **O palácio da memória de Matteo Ricci**. História de uma viagem: da Europa da contra-reforma à China da Dinastia Ming. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TUCK, Richard. História do Pensamento Político. In. BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.